

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 25 de novembro de 1999

Ano 1 Nº 16

Sessão solene homenageia Santa Catarina de Alexandria

Autoridades civis e militares prestigiaram na noite desta quarta-feira a sessão solene em homenagem a Santa Catarina de Alexandria, padroeira do Estado, cuja data comemorativa é o dia 25 de novembro. Durante a cerimônia, seu idealizador deputado Lício Mauro da Silveira (PPB) informou que os registros históricos atestam que o navegador anglo-veneziano Sebastião Caboto aportou em uma ilha situada no Hemisfério Sul e a chamou de Ilha de Santa Catarina, por sua devoção à padroeira dos navegantes. A denominação, relatou o parlamentar, “persiste desde 1529 em terras que foram habitadas por indígenas, portugueses, alemães, italianos, austríacos, húngaros, japoneses, poloneses, negros e outros de diferentes credos, resultando desta miscigenação um povo ordeiro e trabalhador”.

Pujança e exposição

Lício destacou que o Estado possui 1, 12% do território nacional, gera 5, 7% da totalidade da exportação brasileira e se constitui no 5º arrecadador de impostos federais, pujança e riqueza geradas por 3% da população do país. O litoral de belas praias,



Presidente Knaesel, Rodrigo de Haro e deputado Lício Mauro da Silveira

as serras, em especial a Serra do Rio do Rastro, demonstram o potencial turístico, assim como a proximidade com os países do Mercosul aponta para novas oportunidades de negócios. O parlamentar lembrou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pela ONU, coloca o Estado na quarta posição no Brasil, a expectativa de vida é a segunda maior com 71, 9 anos de vida, enquanto as taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo são muito baixas em relação à média nacional.

Sobre os imigrantes, Lício

da Silveira rendeu da tribuna uma homenagem pela tenacidade com que se embrenharam nos sertões inóspitos, desbravando e impondo o verdadeiro valor do bandeirante do progresso social e econômico. Ele registrou a presença na sessão do poeta, agitador cultural e pintor Rodrigo de Haro, primeiro catarinense a receber a medalha Cruz e Sousa de artes plásticas, que juntamente com Albertina Prates e Idézio Leal expõe, a partir desta data, seus quadros na Galeria da Casa retratando Santa Catarina de Alexandria.

Resgate Histórico

O parlamentar parabenizou a Presidência e os servidores da Casa pelo constante resgate da história do Estado, citando eventos como os 150 anos da República Juliana, com destaque a Anita Garibaldi; a inauguração do Centro de Memória; sessões especiais que relembrou a Guerra do Contestado, a Feira de Integração dos Municípios Catarinenses e a colonização alemã; a publicação de livros e exposições de artistas, mostrando uma nova face da Assembléia à população catarinense.

Portas abertas para intercâmbio com a Itália

Página 3

Acordo de lideranças limita criação de novas CPIs

Página 4

CPE debate extração vegetal em audiência pública

Página 5

Deputado quer implementar vilas rurais

Página 6

OPINIÃO

Mercosul: um desafio catarinense

O bloco econômico denominado Mercosul foi constituído com a intenção de propiciar uma zona de livre comércio entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A idéia seria acabar com as barreiras alfandegárias entre os países integrantes do bloco, e que todos pudessem trafegar livremente.

É verdade também que estamos oferecendo um mercado consumidor de 160 milhões de pessoas em troca de quase 40 milhões que compõem a população dos

demais países do Mercosul.

Sabíamos também que a agropecuária seria a grande prejudicada, principalmente a dos estados do sul do Brasil (PR, SC e RS), onde o clima é semelhante aos demais países componentes do bloco. Competimos diretamente na produção de cebola, alho, leite, trigo, vinho e outros produtos. Porém, com uma desvantagem: eles têm melhores condições de topografia, clima e fertilidade do solo.

Nossos produtores têm que fazer milagre com os solos acidatados e pouco férteis das pequenas propriedades. O nosso clima é úmido, o que favorece a entrada de doenças e pragas, aumentando o custo da produção, aliado a falta de uma política agrícola definida em nosso país. Estávamos vendo nossos produtores de cebola, alho, vinho,

trigo, simplesmente desaparecerem em função da falta de competitividade, pagando o preço da tal "globalização".

O que nos deu um certo alívio foi a desvalorização do real frente ao dólar. Do contrário, teríamos uma balança comercial desfavorável, com os *hermanos* argentinos comemorando seus lucros frente aos brasileiros "bonzinhos". Com a mudança do câmbio, os argentinos mudaram seu comportamento. Eles, que antes só falavam em acabar com as restrições e barreiras, começam a mudar o discurso. Criaram restrições aos têxteis, calçados, automóveis e agora em relação aos frangos brasileiros, medida que poderá provocar um prejuízo de US\$ 10 milhões para as agroindústrias, e também aos pequenos produtores.

É por isso tudo e muito mais que estou propondo a criação na Assembléia Legislativa de uma Comissão Permanente do Mercosul. Não podemos deixar nossa economia a mercê de um juiz, de uma eleição ou qualquer outro fato relacionado com nossos vizinhos.

Precisamos criar mecanismos permanentes para a elaboração de acordos que defendam o nosso produtor, como o da cebola, que em plena colheita de uma super safra, vê as fronteiras do país "escancaradas" para entrada da cebola argentina.

Necessitamos, urgente, de um acompanhamento e de uma fiscalização desse livre comércio, que na verdade só é livre quando interessa a "eles".

Deputado Rogério Mendonça (PMDB)

Plano de saúde mais amplo para servidores

Diante da precariedade em que se encontra a área da saúde em todo o país. Da falta de assistência médica, do escasso número de leitos hospitalares, do pouco caso dos governantes para com a população em relação a este setor, estamos cada vez mais presos aos planos de assistência médica privada. Ocorre que, nesses planos, as mensalidades são altas e não são todos que têm acesso a esses privilégios.

Ciente e preocupado com os problemas acima relacionados e na tentativa de ajudar a melhorar o Plano de Assistência à Saúde do Estado de Santa Catarina, instituído pelo governo estadual este ano, é que encaminhei à Assembléia Legislativa - para apreciação de meus pares -, um projeto de lei complementar que inclui no PLAM os registradores, os notariais, oficiais maio-

res, escreventes juramentados, juízes de paz e ex-combatentes.

A presente matéria visa estender estes benefícios a estas categorias que não estavam contempladas. Para assegurar este benefício, minha proposta estabelece que a contribuição fica em 3,5% conforme a tabela de vencimentos dos serventuários da Justiça, que integra a proposição.

O dever do governante, bem como do legislador, sempre deverá ser a de procurar administrar e legislar para o futuro, com vistas a estancar os problemas antes que estes se tornem emergência.

Legislar para o futuro é criar mecanismos que atendam ao nosso povo em suas necessidades mais prementes. A proposição é justa. E, acima de tudo, meritória.

Deputado Onofre Agostini (PFL)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, com a colaboração dos assessores de bancadas

Fotografia: Jonas Lemos Campos,

Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA

Univali concede título ao Presidente da Galícia

O presidente em exercício da Assembléia, deputado Heitor Sché (PFL) presidiu cerimônia ocorrida nesta segunda-feira (22), quando o Conselho Universitário da Univali outorgou o título de Professor Honoris Causa a Dom Manuel Fraga Iribarne, presidente da Junta da Galícia, Comunidade Autônoma do Reino da Espanha. O título foi entregue pelo reitor da universidade, Edson Villela, e reforça os laços de amizade entre Santa Catarina e aquela província. A Univali já possui um acordo internacional com os espanhóis intitulado "Intercampus", para permuta de professores e alunos para cursos e visitas, assim como o curso de Oceanografia tem interesses com as universidades de Vigo e Compostela, na área de pesca.

Diplomata, pesquisador e escritor, autor de 89 livros sobre ciência política e teoria de estado, Dom Manuel é formado em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela e licenciado em Ciências Políticas e Econômicas pela



(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Presidente Heitor Sché recebe em gabinete o homenageado

Universidade de Madri, tendo exercido diversos cargos públicos e considerado uma das pessoas mais ilustres do Velho Continente pelos relevantes trabalhos prestados à Comunidade Européia. A Galícia tem grande importância para a

Espanha pelo Santuário de São Tiago, em Compostela, convergência do milenar Caminho de Santiago, trajeto de peregrinação cristã que remonta à Idade Média, sucesso para o ramo turístico daquele país.

Deputados abrem portas para comércio e intercâmbio com a Itália

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), que comanda a delegação catarinense no Fórum da Agricultura Tri-Vêneto/Sul Brasil, em Verona, no encerramento do encontro destacou a necessidade do Parlamento, através de legislação específica, colocar em prática leis que facilitem a atividade produtiva e promovam o desenvolvimento sócio-econômico. "Na cooperação e no associativismo descobrimos a modalidade dos consórcios, que fortalecem e tornam competitivas as pequenas iniciativas, aprendemos como potencializar os recursos disponíveis e como ampliar oportunidades de trabalho e renda", relatou Knaesel.

Intercâmbio - O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Gelson Sorgatto (PMDB), sugeriu que representantes de sindicatos e empresas do Estado visitem o Vêneto para intercâmbio com empresas italianas.

Agências de desenvolvimento - Em Lisboa, os parlamentares catarinenses participaram, durante dois dias, no Ministério do Planejamento, de reuniões sucessivas com autoridades do governo português sobre o Projeto de Implementação e Qualificação de Agências de Desenvolvimento em Portugal e o Programa Operacional para a Promoção do Desenvolvimento Regional.

A comitiva conheceu de perto também a cultura do associativismo e de parcerias, que na prática se traduzem pelo incentivo e criação de pequenas e micro-empresas, tornando-as competitivas e lucrativas.

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB), observou que as agências viabilizam o que sempre defendeu: a organização e o incentivo ao setor produtivo. Ao Estado compete a infra-estrutura e à iniciativa privada o desenvolvimento dos projetos.

Já o deputado Neodi Saretta (PT) destacou a importância da geração de empregos com o aproveitamento da mão de obra local, valorizando os recursos humanos e naturais locais que contribuem para evitar os grandes aglomerados urbanos e o processo de favelização ao fixar o homem à terra com melhor qualidade de vida.

Por sua vez o deputado Jaime Mantelli (PDT), analisou que as agências de desenvolvimento precisam ser construídas tendo por base o princípio da parceria, primeiro entre os setores da administração pública e, segundo, dentro dos setores da iniciativa privada e, em terceiro, entre o poder público e a iniciativa privada.

Encerrando a agenda de viagem ao exterior, a comitiva catarinense visitou nesta terça-feira, 23, a Agência de Desenvolvimento Regional de Alentejo - Adral, em Évora, cidade histórica a 140 quilômetros de Lisboa.

COMISSÕES

Projeto prioriza vagas na Udesc

O tema, bastante polêmico, dividiu a opinião dos participantes do evento.

Reserva de vagas na Udesc para alunos vindos de escolas públicas do Estado, proposta em projeto pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL), foi tema de discussão no Plenarinho da Alesc nesta segunda-feira. Além do presidente da Comissão de Educação e relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PPB), da vice-presidente, deputada Ideli Salvati (PT), do deputado Pedro Uczai (PT), e do autor do projeto, estiveram presentes o vice-reitor da Udesc, Jorge Mussi, vereadores, representantes da Secretaria Estadual de Educação, DCE, UCE, Conselho Estadual de Educação, sindicatos dos professores e das escolas particulares.

De acordo com o projeto, 50% das vagas de cada curso da Udesc ficam garantidas para os alunos que frequentaram escolas públicas. Dados apresentados durante o encontro mostram que nos últimos anos o percentual de vagas preenchidas dentro desse critério é mínimo.

Polêmica

O Vice-Reitor da Udesc tem posição contrária ao projeto. "A Udesc gostaria muito de atuar nesse projeto, desde que o ensino fundamental fosse resgatado. Da forma como é apresentado, vai haver aumento da evasão dos cursos, porque



Deputado Paulo Bornhausen defendendo seu projeto

vai prejudicar o vestibular vocacionado", destacou. Joares Ponticelli, apesar de considerar o projeto discriminatório, mesmo que de forma positiva, vai apresentar emendas para incluir questões como o percentual de vagas para estudantes negros, o nivelamento de alunos e o impedimento que o estudante tenha acesso simultâneo a duas universidades públicas.

Os participantes foram unânimes ao afirmar que acima de tudo é preciso res-

gatar a qualidade do ensino público e que o projeto precisa passar por uma ampla discussão. Esta também é a opinião do deputado Bornhausen, que ao defender sua proposição, busca levar o debate para dentro da universidade.

Na próxima semana, estarão em discussão o orçamento da Udesc para o ano 2000 e a definição do cálculo de receita líquida disponível para repasse às entidades educacionais.

Acordo de lideranças busca frear demanda de CPIs

Tão logo desembarcou em Florianópolis nesta quarta-feira, o deputado Gilmar Knaesel (PPB), que esteve na Itália participando de encontro sobre agricultura, coordenou negociações com as lideranças partidárias, buscando evitar uma avalanche de CPIs, que estavam em processo de criação.

Além da CPI do BESC, em andamento há mais de três meses, e proposta pelo deputado Heitor Sché (PFL), na semana passada o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) obteve o apoio das oposições para aprovação de uma investigação na concorrência pública sobre a publicidade do governo do Estado. A CPI das agências, como está sendo chamada, vai apurar fatos de apenas três empresas, com fortes vínculos políticos com os atuais integrantes do governo: Propague, Artplan e Carlos Paulo, únicas bene-

ficiadas com a concorrência.

Acordo

Nesta semana os deputados governistas pretendiam criar outras três comissões de inquérito. No entanto apenas uma poderá ser instalada, e objetiva investigar o destino dos recursos da Invesc, especificando a destinação por área de atuação do governo; os quantitativos dispendidos; os tomadores das debêntures, lastreadas pelas ações da Celesc que foram vendidas para constituição de capital da instituição; o cronograma de desembolso e pagamento de juros aos debenturistas e apuração dos efeitos da extinção da empresa e o conseqüente débito sob a responsabilidade do Tesouro do Estado.

A comissão que tratava de apurar o destino dos recursos da venda da carteira

da Cohab à Caixa Econômica Federal, e a que pretendia investigar as razões do atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos correspondente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1998, ficaram para o próximo ano.

Também foi adiada a proposição assinada pelo deputado Romildo Titon (PMDB), que investigaria irregularidades em edital de concorrência pública envolvendo a Casan em superfaturamento da Barragem do Rio São Bento, assim como a CPI do endividamento, requerida também pelo PMDB.

As instalações das CPIs das Agências e da Invesc dependem ainda de decisão a ser tomada pela bancada do PMDB. As demais lideranças já se posicionaram favoráveis.

COMISSÕES

CPE discute sobre Mata Atlântica e Serra do Mar

A Comissão Parlamentar Externa que analisa a situação da exploração dos recursos vegetais em Santa Catarina, presidida pelo deputado Sandro Tarzan (PTB), recebeu, juntamente com o coordenador do Fórum Catarinense, deputado Federal João Mattos (PMDB), e Associação Catarinense dos Processadores de Produtos e Subprodutos Renováveis da Flora, o autor do substitutivo global ao projeto de lei 285/99, deputado federal Luciano Pizzatto, presidente da bancada ruralista na Câmara Federal.

A audiência pública lotou o plenário com representantes das madeireiras catarinenses para debater a utilização e a proteção do patrimônio nacional da Mata Atlântica e da Serra do Mar. O tema foi desenvolvido pelo deputado federal Jaques Wagner, porém, segundo os especialistas, não conseguiu se deslocar dos pontos fundamentais da legislação



Audiência Pública debate possibilidades de extrativismo

que atualmente vêm colocando em pé de guerra, de um lado, os ambientalistas e do outro, as empresas exploradoras dos recursos naturais.

Em função do Decreto 750, a cobertura vegetal do Estado foi

considerada como de Mata Atlântica transformando Santa Catarina em verdadeira unidade de conservação, sendo proibido o corte de florestas e seu aproveitamento, além do corte seletivo pelo pequeno produtor.

(fotos Maria do Carmo Kravchynchyn)

No momento, em decorrência de uma série de recursos impostos pelo Ibama, o Tribunal Regional Federal – 4ª Região – exarou acórdão derrubando o decreto e deixando como única legislação a lei 4771 que não pode ser aplicada em caso de Mata Atlântica, deixando o estado a descoberto.

Durante a audiência, os deputados catarinenses presentes foram unânimes em aprovar o conteúdo da matéria e a destacar o caráter dos incentivos e estímulos econômicos que poderão deslocar o cerne da questão entre ambientalistas e madeireiros, já que a proteção das matas nativas passará, ao invés de obstáculo, a ser um bom negócio.

Para Sandro Tarzan o importante é apressar a votação do substitutivo global, já que a questão está provocando sérios desajustes na indústria madeireira, com graves conseqüências sociais.

Audiência Pública discute lixão de Laguna

O vice-presidente da Comissão de Fiscalização, deputado Valmir Comin (PPB), coordenou os trabalhos da audiência pública ocorrida na última quinta-feira, na sede da Associação Comercial e Industrial de Tubarão. O evento que contou com a presença de representantes das prefeituras da região, Fatma, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e organizações não governamentais discutiu o problema do lixão de Laguna. Instalado numa área de quase cinco hectares na Fazenda do Preto Velho, o local recebe por dia aproximadamente 120 toneladas de lixo dos municípios de Laguna, Tubarão, Capivari de Baixo e Gravatal.

A idéia central apresentada durante a audiência pública

foi a viabilização de um consórcio formado pelas quatro prefeituras envolvidas, para a realização de um estudo técnico sobre o impacto ambiental do lixão. Após esse

Assembléia vai mobilizar os 18 municípios da região da Amurel

estudo, a intenção é implantar um aterro sanitário para dar destinação adequada ao lixo por um período de 20 anos, sem oferecer riscos de contaminação ao meio ambiente.

Ficou definido que a Assembléia vai mobilizar os 18 municípios da região da Amurel, para que também dêem destinação correta ao lixo. “A intenção inicial é formar um consórcio envolvendo os quatro municípios, mas entendemos que toda a região deve se engajar no problema”, garantiu Comin.

Duplicação da BR-101 preocupa deputados

Os deputados Manoel Mota (PMDB) e Reno Caramori (PPB), presidente e relator, respectivamente, da Comissão Parlamentar Externa (CPE) das obras federais, participaram nesta semana de uma audiência na sede do DNER, em Florianópolis. Reunidos com o diretor Roberto Ribas, os parlamentares colheram informações sobre os trabalhos de duplicação da BR-101, no trecho sul. “Voltamos de lá preocupados, pois há uma série de etapas que precisam ser cumpridas para o início das obras. Precisamos utilizar a nossa força política, ou do contrário, não teremos essa duplicação tão cedo”, lamenta Manoel Mota.

Como forma de agilizar os trabalhos e pressionar

o governo federal, Mota vai propor a realização de uma audiência pública com a participação de todas as empreiteiras, órgãos federais e municípios envolvidos na execução dos trabalhos. “Será uma boa oportunidade para tratarmos não apenas da 101, mas também da BR-282”, explica.

Durante o encontro, o diretor do DNER esclareceu que a realização de um plebiscito em Araranguá, as análises do Ibama e as exigências do Banco Mundial podem retardar o início das obras em pelo menos quatro meses. “A situação mais grave é com o Ibama que pediu um prazo maior para liberação da área que será desapropriada para a duplicação”, enfatiza Mota, que na próxima reunião apresenta roteiro das futuras ações.

PLENÁRIO**Jaime Duarte defende implantação de vilas rurais em SC**

A falta de moradia aliada à perda do poder aquisitivo dos pequenos produtores rurais levou o líder do PPS na Assembléia Legislativa, deputado Jaime Duarte a apresentar uma indicação ao governo do Estado para implantar o Programa Vila Rural em Santa Catarina. Desenvolvido em parceria com as prefeituras e órgãos federais o programa é destinado à construção de moradias para trabalhadores rurais volantes, os bóias-frias, sem-terras e desempregados urbanos que optaram pela atividade agropecuária.

A experiência foi implantada há quatro anos no Paraná e já atingiu 280 dos 339 municípios daquele Estado. Na prática segundo Jaime Duarte trata-se do financiamento de uma casa de alvenaria, com luz, água tratada, sistema sanitário e um terreno de cinco mil metros quadrados para que o trabalhador possa

*(foto Jonas Lemos Campos)*

Jaime contra a migração do campo plantar e criar pequenos animais.

Duarte explica que, no Paraná, a compra do terreno está sob a responsabilidade das prefeituras com financiamento do Estado. Lá, o mutuário

financia o módulo conforme a renda familiar em até 25 anos.

Para o parlamentar, a implantação do programa Vila Rural vai viabilizar a volta ao campo dos trabalhadores desempregados, especialmente daqueles que já foram agricultores e que na fase de crescimento industrial migraram para os centros urbanos. Também vai ajudar a impedir o êxodo rural de tantos outros trabalhadores.

De acordo com dados do IBGE, de 1996, Santa Catarina tem 182.378 pequenos trabalhadores rurais (proprietários de até 50 hectares). Entretanto o homem do campo continua migrando para as cidades de forma acelerada. "Oferecer moradia para a população de baixa renda do campo é uma forma de mantê-lo na profissão de trabalhar na terra", disse o líder do PPS.

Pornografia vedada

Revistas e publicações que contenham material impróprio ou inadequado à crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagens lacradas, com advertência de seu conteúdo de forma destacada. Projeto de lei de autoria da deputada Odete de Jesus do Nascimento (PPB) foi aprovado neste

sentido, proibindo também a exposição desse tipo de publicação em bancas de revistas ou similares, sem o lacre e proteção opaca. Determina ainda que o não cumprimento da lei implicará nas penalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das sanções estabelecidas em ato regulamentar do Poder Executivo.

Propaganda em uniformes escolares

De autoria do deputado Adelor Vieira (PFL), foi aprovado projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a fazer uso de propaganda nos uniformes dos alunos da rede pública estadual. A autorização terá como contrapartida, a entrega gratuita de uniformes escolares aos alunos matriculados na rede pública de, no mínimo, quatro peças por ano para cada aluno. Fica vedada a impressão de mais de uma publicidade nos uniformes, bem como veicular propaganda que faça alusão a bebidas alcoólicas, cigarros, medicamentos, jogos e sorteios, ou que possam caracterizar promoção pessoal ou de cunho político partidário ou religioso. Os convênios para efetivação serão firmados exclusivamente pela Secretaria da Educação.

Explica o deputado autor que o projeto de lei tem por finalidade permitir que pais carentes, que possuem filhos em escolas de ensino público, não sejam mais obrigados a comprar uniformes escolares. A utilização da propaganda vai permitir que os alunos tenham seus uniformes de forma gratuita.

Isenção para herdeiro pobre

O plenário aprovou Projeto de Lei Complementar de autoria do deputado Nelson Goetten (PPB), que acrescenta alínea ao artigo 35, da Lei Complementar 156, de 15 de maio de 1997, que dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos. A lei busca isentar do pagamento das custas judiciais os processos de inventário ou arrolamento cujo herdeiro, com renda inferior a três salários mínimos, for aquinhado com um único bem imóvel de qualquer valor. A intenção do parlamentar é beneficiar os menos favorecidos da sociedade, que ao serem contemplados com um único bem imóvel, não tem como arcar com as despesas processuais.

Licitações de obras públicas na Internet

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) apresentou projeto de lei que prevê a disponibilização, na Internet, de dados sobre licitações públicas. A intenção é oferecer aos licitantes em geral e à população catarinense, "um instrumento moderno capaz de facilitar o acesso aos dados e atos dos processos licitatórios".

O projeto estabelece que nas licitações realizadas por órgão integrante da administração indireta, autarquia, sociedade de economia mista ou empresa pública, a responsabilidade pela divulgação dos dados na rede mundial será do Poder Executivo. A matéria considera como modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o concurso e o leilão.

Concedidos benefícios fiscais a taxistas

Concessão de benefício fiscal aos condutores autônomos de passageiros, na categoria taxi, restabelecendo até 31 de dezembro de 1999 a isenção do ICMS nas operações internas de automóveis de passageiros destinados ao transporte de passageiros na categoria taxi, foi aprovado pelos deputados.

De autoria do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), o

projeto de lei busca restabelece a referida concessão, de acordo com o disposto no artigo 61 do anexo dois do Regulamento do ICMS, que teve vigência até 30 de abril do corrente exercício. O deputado autor considerou necessário revigorar o benefício, para facilitar a renovação de frota e, conseqüentemente, oferecer maior segurança aos usuários do serviço.

Jornais em escolas e bibliotecas

Assinaturas de três jornais, de circulação local, regional e estadual, será disponibilizado em todas as escolas e bibliotecas públicas sob administração do Estado. A medida foi aprovada em substitutivo global, ao projeto de lei de

autoria do deputado Nilson Gonçalves (PFL), que obriga o governo do Estado a providenciar os jornais às escolas públicas que possuam entre o corpo docente e discente, número igual ou inferior a 80 pessoas, por período escolar.

Abastecimento d'água para Tangará

O deputado Romildo Titon (PMDB) está alertando ao Presidente da Casan, para a necessidade de fazer as ligações do sistema de abastecimento d'água nas residências das localidades de Passo da Felicidade, Marari, Irakitan e Santa Rosa, no município de Tangará. Nessas localidades a Casan fez a perfuração de poços artesianos e construiu caixas d'água, mas as comunidades continuam sem água potável, porque o trabalho não foi concluído com as ligações nas residências, muito embora a rede mestre de encanamento já esteja implantada.

A necessidade de adotar essas comunidades de água tratada é extrema, uma vez que por se tratar de uma região produtora de gado,

aves e suínos, a maioria das fontes naturais estão contaminadas, causando sérios problemas de saúde àquelas populações. Segundo o deputado, buscou-se junto à Casan uma forma de resolver o problema, sendo que a diretoria da empresa, em 1998, decidiu fazer as obras e foram destinados valores para serem investidos em cada comunidade, por determinação do Governador do Estado. "Entretanto – diz Titon – se a Casan hoje não tem mais interesse em administrar aquele sistema, então que conclua os trabalhos e entregue à comunidade, para que através uma organização municipal seja feita a manutenção e funcionamento do mesmo".

Proposições

Deputado Adelor Vieira (PFL) solicitou ao Governador do Estado, que tome as medidas necessárias para o imediato início das obras de asfaltamento da rodovia estadual SC-478, que dá acesso da BR-116, em Santa Cecília, até a cidade de Timbó Grande.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) cumprimentando o Presidente da Sociedade Amigos da Lagoa de Imaruí, pela realização do Movimento em Defesa do Complexo Lagunar Sul Catarinense – O Grito das Águas – a realizar-se de 12 a 15 de novembro próximos.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador do Estado, para criação de agências regionais de desenvolvimento, que teriam a atribuição de ordenar as ações dos diversos órgãos de Estado e da sociedade envolvidos na promoção do desenvolvimento local e regional.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Secretário dos Transportes pedindo a construção de um trevo de acesso ao Bairro Presidente Vargas, no Km 1,5, da SC-444, em Içara.

Deputado Milton Sander (PPB) à direção da Rádio Índio Condá, de Chapecó, cumprimentando pelo recebimento do Prêmio Ibero-Americano de Jornalismo no Brasil, categoria rádio, concedido pela UNICEF.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador do Estado, solicitando a construção de uma quadra de esportes coberta, no Colégio Estadual Arnaldo Moreira Douat, em Joinville.

Deputado Ivan Ranzolin (PPB) à Diretora do Colégio Santa Rosa de Lima, de Lages, cumprimentando pela passagem dos 98 anos de fundação daquela instituição de ensino.

Deputado João Rosa (PTB) ao Governador do Estado, sugerindo a adoção de medidas urgentes para aumentar a segurança na cidade de Joinville, onde os índices de ocorrências policiais estão alcançando proporções alarmantes.

Deputado Jaime Duarte (PPS) à Casan, solicitando medidas urgentes para solucionar o problema do mau cheiro exalado pelas lagoas de decantação de esgoto sanitário, localizado no bairro Jarivatuba, em Joinville.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL) ao governador sobre a pavimentação asfáltica da rodovia SC-474, que liga Barra Velha a São João do Itaperiú e Massaranduba.

Deputado Nelson Goetten (PPB) aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a interferência junto ao Governo Federal, para a solução imediata da questão indígena na Reserva Duque de Caxias.

Deputado Manoel Mota (PMDB) ao Presidente da Telesc, a instalação de trinta linhas telefônicas na comunidade de Sanga do Marco, em Araranguá.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado, solicitando medidas urgentes para ser realizada a ampliação do sistema de abastecimento d'água de Pouso Redondo.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que interfira na agilização da apreciação de projetos de manejo sustentado da Mata Atlântica.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Ministro do Meio Ambiente pedindo a permanência do Posto de Controle e Fiscalização do IBAMA –POCOF – na cidade de Rio do Sul.

Deputado Adelor Vieira (PFL) pediu ao Governador do Estado, a construção de um terminal rodoviário para atender a comunidade de Monte Castelo.

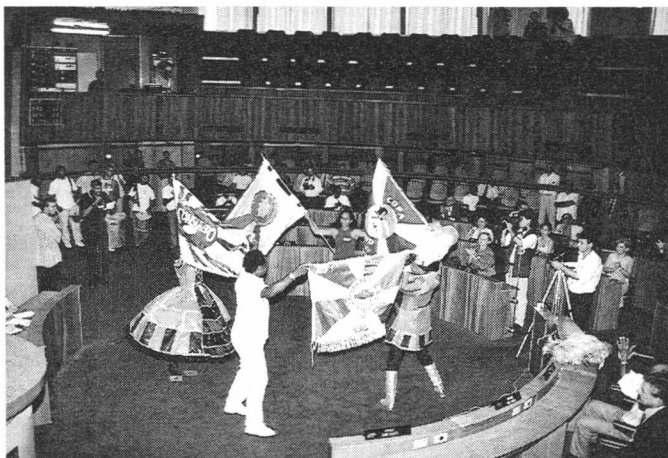
Deputado Romildo Titon (PMDB) à Bancada Catarinense no Congresso, solicitando a inclusão no Orçamento da União de recursos para obras em trevos dos municípios de Monte Carlo, de Campos Novos, saída para o município de Tangará e de acesso a Brunópolis.

ESPECIAL

Dia Nacional da Consciência Negra é lembrado na Assembléia

Homenagens a Antonieta de Barros, Cruz e Sousa, Zumbi dos Palmares e escolas de samba de Florianópolis, além de apresentações de capoeira, teatro e outras atividades artísticas marcaram a sessão solene do Dia Nacional da Consciência Negra, ocorrida nesta segunda-feira, às 14 horas, no Plenário, numa iniciativa da deputada Ideli Salvatti (PT). A parlamentar lembrou que "Maria da Ilha", como era conhecida a professora e escritora Antonieta, foi a única negra eleita deputada em Santa Catarina.

Ao ler um artigo do livro "Farrapos de Idéia", o vereador da Capital Márcio de Souza (PT) declarou que



Bandeiras das escolas de samba desfraldadas em Plenário

Antonieta de Barros era conselheira espiritual da população, preocupada com a alfabetização dos mais humildes e em firmar a personalidade própria de sua

raça. O chefe da Divisão de Saúde da Assembléia, Walter da Luz, recebeu um troféu em nome dos funcionários negros do poder. Ideli citou os quilombos, local de refúgio

de índios e negros da escravidão, onde morreu em 20 de novembro de 1695 Zumbi, o líder do Quilombo dos Palmares.

O poema de Cruz e Sousa, "Cárcere das Almas", foi declamado, houve apresentação das escolas de samba Consulado, Copa Lord, Protegidos da Princesa e Unidos da Coloninha, e a sessão terminou com uma bênção dos orixás, lembrando a religiosidade dos negros no Brasil. "A liberdade, justiça e democracia plenas ainda são utopia para negros, índios e a maioria dos brancos no nosso país", afirmou Ideli, puxando o canto das três raças acompanhada pelo público presente no Plenário.

Foto Giancarlo Borralucci

Agenda

Dia 29, às 10 horas, CPI do BESC, depoimento de Mércio Felsky, ex-diretor Presidente do Banco.

Local : Plenarinho.

Dia 29, às 17 horas, Audiência Pública da Comissão de Educação sobre Ensino Médio e Profissionalizante, Políticas e Ações Desenvolvidas pelo governo do Estado.

Local : Plenário.

Dia 29, às 19 horas, Sessão Solene comemorativa aos 60 anos de fundação do jornal Correio Lageano. Concessão do Diploma de Honra ao Mérito a Pascoal Baggio, diretor geral do jornal.

Local : Plenário

Dia 30, às 8 horas, reunião da Comissão de Agricultura para discutir orçamento do Estado destinado à pesquisa.

Local : Plenarinho

Dia 30, às 10 horas, apresentação do relatório do PPA (Plano Plurianual) pelo relator, deputado Paulo Bornhausen, na Comissão de Finanças.

Local : Sala das Comissões.

Dia 30, às 18:30 horas, deputados que integram a CPE das Bolsas vão à Univali (Itajaí) investigar aplicação de recursos, conforme artigo 170.

Local : Auditório.

Dia 01, às 19 horas, Sessão Solene em homenagem "in memoriam" ao catarinense Aníbal Khury, ex-presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

Local : Plenário.

Dia 01, às 20:30 horas, lançamento do livro, "Santa Catarina no Século XX – Ensaio e Memória Fotográfica".

Local : Galeria de Arte.

Votações

Dando início ao processo de limpeza de pauta, característico dos finais do ano legislativo, os deputados votaram nesta quarta-feira mais de 30 projetos de lei, provenientes das comissões técnicas da Casa. Entre eles o que obriga os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde a adotar plano de gerenciamento de resíduos capazes de causar infecção, de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS).

Destaque para o projeto que institui o Fundo de Apoio à Geração de Emprego e Renda de autoria do deputado Nelson Goetten, e obrigatoriedade quanto a identificação pelas indústrias de produtos alimentícios do Estado na embalagem ou rótulo dos produtos destinados a alimentação que contenham substâncias provenientes de organismos geneticamente modificados, proposto por Jorge Mello (PSDB).